



A “LIBERDADE” NA ITÁLIA DE MAQUIAVEL

THE “FREEDOM” IN MACHIAVELLI’S ITALY

Carlos Eduardo Ruas Dias¹

Resumo

A ideia de liberdade representa um elemento central no pensamento renascentista. Desde os fins da Idade Média, os pensadores políticos dedicaram-se a conferir à política o *status* de uma categoria autônoma, nesse mesmo movimento, a definição do conceito de liberdade ganha destaque na cena do pensamento político, sobretudo em Florença. Os autores do Humanismo Cívico iniciaram a apologia da liberdade florentina como o fator primordial a ser defendido, já que, naquele momento histórico, entre os séculos XIV e XV, o Duque de Milão ameaçava com suas tropas a segurança institucional da cidade. O risco da perda da liberdade política garantida pelas instituições republicanas, moveu os florentinos a defender com ainda mais vigor a república. Nesse contexto, a defesa das instituições republicanas representou elemento fundamental para a coesão do povo, pois acentuou o seu caráter cívico e lhes proporcionou uma causa pela qual se deveria lutar. Assim, a liberdade foi compreendida como a independência política do Estado e a possibilidade de o cidadão tomar parte nas decisões do governo, por isso a guerra contra o Duque de Milão representava muito mais do que um mero conflito entre dois Estados e o povo florentino viu tal evento com mais gravidade, na derrota residia a possibilidade do fim da liberdade que lhes era tão cara. Maquiavel é herdeiro dessa tradição de pensamento, desenvolve a sua teoria acerca da liberdade rompendo com a tradição Humanista e inaugurando uma nova forma de analisar o *vivere libero*. Então, para melhor compreender a filosofia maquiaveliana, faz-se necessário entender o seu contexto, por isso propomos a análise do desenvolvimento da ideia de liberdade ao longo do Renascimento bem como as influências desse ambiente no pensamento maquiaveliano.

Palavras-chave: Maquiavel; Liberdade; República; Política; Renascimento.

¹ Graduado e Especialista em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros e Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. **Autor para correspondência.** E-mail <carloseduardordias@yahoo.com.br>.

Abstract

The idea of freedom represents a core element in Renaissance thought. Since the end of the Middle Ages, political thinkers have dedicated themselves to give to politics the status of an autonomous category. In this same movement, the definition of the concept of freedom is highlighted in the scene of political thought, especially in Florence. The authors of Civic Humanism initiated the apology of Florentine liberty as the primary factor to be defended, since, at that historical moment, between the fourteenth and fifteenth centuries, the Duke of Milan threatened the institutional security of the city with his troops. The risk of losing the political freedom, guaranteed by the republican institutions, moved the Florentines to defend with even more vigor the republic. That way, the defense of the republican institutions represented a fundamental element for the cohesion of the people, since it emphasized their civic character and provided them with a cause to fight. Therefore, freedom starts to be understood as the political independence of the State and the possibility of the citizen to take part in the decisions of the government. So the war against the Duke of Milan represented much more than a mere conflict between two States, the Florentine people saw such event with more gravity, in defeat lay the possibility of the end of the freedom that was so dear to them. Machiavelli is heir to this tradition of thought, develops his theory of freedom by breaking with the Humanist tradition and inaugurating a new way of analyzing the *vivere libero*. Thus, in order to understand better the Machiavellian philosophy, it is necessary to understand its context, so we propose the analysis of the development of the idea of freedom throughout the Renaissance as well as the influences of this environment in Machiavellian thought.

Keywords: Machiavelli, Freedom, Republic, Politics, Renaissance.

1. O republicanismo na Itália renascentista

Enquanto as grandes potências emergiam e voltavam os seus olhares para fora de suas fronteiras, os italianos continuavam voltados para si mesmos e se tornavam presas vulneráveis dos interesses de reis estrangeiros². Um outro fator que constituía um diferencial italiano era a presença forte da Igreja nas questões de Estado, a saber, na Itália se encontra a “sede de São Pedro” e, isso é fator considerável, pois, apesar de não ser uma exclusividade da Itália, as intervenções da Igreja nas coisas referentes à política são ainda mais frequentes e provocou inúmeras transformações no quadro político daquela região.

Um fator que dificultaria a união dos estados italianos seria o grande sucesso que eles sozinhos alcançariam sem a necessidade de se unirem para se tornarem mais fortes. De acordo

² Principalmente os reis de Espanha e França. O primeiro detinha o controle do reinado de Nápoles e o segundo, fazia constantes intervenções nas questões dos Estados italianos com a finalidade de impedir o crescimento do domínio espanhol na península itálica.

com Burckhardt (1991), os Estados italianos de maior força tinham chegado a tal ponto em sua autonomia, que desenvolveram peculiaridades que tornaria praticamente impossível a formação de uma federação³. O que houve foi o surgimento de uma rivalidade entre cidades-estados que em muitas vezes desencadearam conflitos armados. Mas, além de tudo, há ainda um fator que faz com que os Estados italianos mereçam uma atenção especial de quem deseja empreender um estudo sobre a situação política no período do Renascimento. Este fator é o regime republicano, implementado em alguns Estados da península itálica. Enquanto na maior parte da Europa os Estados se formam sob as armas de uma figura monárquica, na Itália podemos ver regimes em que os seus príncipes são parte de uma estrutura governamental complexa, onde o povo tem a possibilidade de se manifestar. Onde o príncipe não governa sozinho, pois com ele havia um conselho que o assistia em suas decisões.

Em se tratando de republicanismo na Itália renascentista, duas repúblicas merecem destaque. São elas Veneza e Florença. As repúblicas tinham em seu interior o ânimo da grandeza, os seus cidadãos acreditavam na potência de sua cidade e se orgulhavam de seus ordenamentos. Veneza é um exemplo disso, os seus cidadãos, ao falar de sua fundação, relatavam o mito de que paduanos lançaram a pedra fundamental de Veneza em uma cerimônia solene no dia 25 de março de 413 em Rialto. A intenção de seus fundadores era criar uma cidade predestinada à liberdade, grande e sagrada. Ao longo dos séculos esse mito que relata um nascimento glorioso da cidade, foi sendo transmitido de geração em geração de venezianos. Eles cresceram louvando o nascimento de sua terra e o seu destino à grandeza que se encontrava vivo em cada veneziano. Deste modo, os cidadãos de Veneza transformaram a sua cidade em uma preciosidade. No período do Renascimento, Veneza era uma república potente admirável não somente por suas instituições, mas, pelo seu desenvolvimento de um modo geral.

A República de Veneza com todo o seu desenvolvimento político, comercial, bem como outros campos⁴, despertou a animosidade de boa parcela da Itália. Uma república que se

³ Uma federação como ocorreu com os Estados da Alemanha. Assim como a Itália, a Alemanha se unificou tardiamente. Contudo, os estados alemães, apesar de serem autônomos, conviviam de modo que todos se entendiam e viviam confederados. Isso fez da Alemanha uma referência de para a Europa naquele momento.

⁴ Podemos citar o exemplo dos hospitais que eram referência, como já foi citado, bem como a assistência para com os seus cidadãos. Havia em Veneza um sistema de pensões muito bem organizado e tinha um trato diferenciado para com os órfãos e com as viúvas. Categorias de pessoas que desde os tempos mais antigos eram condenadas a viver à margem da sociedade devido aos meios escassos para a manutenção de suas necessidades básicas.

postava nas questões políticas do resto da península de um modo quase que esnobe. Os venezianos pouco consideravam as facções existentes nos demais Estados italianos, suas alianças não eram duradouras e os preços de seus serviços e produtos eram sempre os mais altos. No que diz respeito ao governo da república, em Veneza, o governo se dava por um *doge* que era o príncipe da cidade, mas, como já foi dito, em um regime republicano as decisões sobre as coisas referentes ao Estado não estão subordinadas à vontade do príncipe, mas, junto dele existem outras camadas do governo que também são responsáveis pelas decisões. Havia um conselho formado por dez cidadãos⁵ que eram eleitos anualmente por um *gran consiglio*, este era maior e formado por muitos cidadãos e era uma entidade de grande relevância pois, representava a totalidade dos cidadãos de Veneza. O Conselho dos dez, era um instrumento de grande poder junto ao governo. Como nos mostra Burckhardt: “(...) em tudo intervinha, dono de um direito irrestrito sobre a vida e a morte, sobre o tesouro e o comando do exército” (BURCKHARDT, 1991, p. 65).

De outro lado se encontrava a República de Florença. Aqui nos deparamos com um grande expoente do regime republicano durante o Renascimento. Nesta cidade se encontra o berço da maioria dos grandes pensadores políticos da época como: Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e, dentre outros, um dos mais intrigantes, o secretário Maquiavel. Aqui o republicanismo vai ganhar uma sofisticação dada por esses grandes pensadores, que vão atribuir à República um dos grandes motivos para o sucesso da cidade. Florença é uma cidade que no período do renascimento despontou como um Estado de grande intensidade em sua vida. É, por muitos autores, é apontada como um primor em meio à Itália dilacerada por guerras, governos despóticos e a infundável intromissão eclesiástica nos assuntos relacionados à política. Sobre a grande força florentina no campo da teoria política, comparações com outras grandes repúblicas são quase que inevitáveis. Isso devido à primazia de Florença, que além assistiram a um *boom* nas áreas da política, das artes, da literatura e de outras manifestações civilizatórias chegando a tornar-se um centro, não só político, mas, artístico e religioso. Sobre esse momento privilegiado vivido na República de Florença, Nogare vai dizer: “E Florença foi a nova Atenas do ocidente, onde os esplendores – e os contrastes – da vida, da arte, da religião, da política, tiveram sua máxima expressão e fulgor. Como se o gênio e o talento a tivessem escolhido durante dois séculos como morada.” (NOGARE. 1981. p, 61).

⁵ Este era o Conselho dos dez.

Sem dúvida uns principais fatores responsáveis pela grandeza da cidade da região da Toscana, foi a indubitavelmente a política. Florença sempre foi uma cidade que teve destaque no cenário italiano por sua grande vivacidade política, uma cidade de grande movimentação de clima sempre intenso. A república florentina desde o princípio tinha uma organização de tal forma que o seu governo se dava em diversas camadas. Essa característica do governo republicano será elogiada por Maquiavel que destaca, nos *Discursi*⁶, Livro I, (2007, p.19) a importância de se utilizar de uma forma de governo que se baseie em uma abrangência de diferentes formas de governo. Logo no início, os florentinos ordenaram a sua cidade de modo a privilegiar a pluralidade nas decisões sobre a vida do Estado, evitando o uso de um regime despótico que centralizaria as atribuições do governo em um indivíduo que tomaria as decisões de modo solitário.

Sobre esses ordenamentos, Maquiavel nos mostra esse formato da República de Florença logo no início do Livro II da *História de Florença*. Inicialmente foram instituídos o *podestà* e o capitão do povo. O primeiro devia presidir uma parte do legislativo⁷, que era dividido em duas partes, o segundo, além de presidir a outra parte, tinha a atribuição de defender o povo dos prejuízos provocados pelos grandes. Enfim, eram dois juizes que cuidavam da parte da sociedade florentina por meio da prática jurídica. A cidade era politicamente dividida em seis partes, e para cuidar de cada uma era eleito dois anciãos anualmente. Além de ser uma cidade politicamente bem organizada, Florença tinha uma organização militar que mais tarde deixou de existir. No momento de sua primeira ordenação Florença tinha noventa e seis companhias militares. Estas tinham o dever de defender a cidade de ataques inimigos e para isso recrutavam os jovens do Estado preparando-os, para o caso de houver necessidade, estivessem aptos para o combate. Estes ordenamentos futuramente seriam modificados, a divisão da cidade iria sofrer alterações bem como o formato da senhoria. Tudo isso devido ao constante movimento provocado pelos ânimos dos cidadãos. As famílias constantemente encontravam motivo para entrar em conflito⁸, além das divergências

⁶ Trata-se da obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Doravante citaremos apenas *Discursi*.

⁷ O legislativo de Florença era dividido em duas partes, a parte presidida pelo *podestà* era menor, ele presidia um conselho de 250 cidadãos. Enquanto isso, o capitão do povo presidia um conselho maior, composto por 300 cidadãos.

⁸ As famílias poderosas constantemente entravam em combates muito intensos, isso movimentava a cidade de um modo geral. Tropas se movimentavam e o Estado se via, como na condição de árbitro que deveria apurar as arestas da questão e trazer de volta a ordem.

corriqueiras entre os grandes e o povo. Isso movimentava a cidade de um modo aparentemente negativo, pois, o cidadão voltando-se uns contra os outros fazia com que isso fosse um tipo de empecilho para o desenvolvimento da cidade. Mas na verdade isso acabou por provocar na cidade algo de muito positivo. Sendo a guerra interna algo que movimenta as instituições do Estado, o conflito faz com que essas instituições se movimentem para esfriar os ânimos envolvidos no combate. Essa movimentação do Estado acaba por fazer com que sejam criados novos instrumentos que sirvam para evitar novas ocorrências de eventos dessa natureza. Então, nos combates estão encerradas as ferramentas que servirão para a evolução do corpo político.

Em outro momento, a cidade se viu em uma situação em que se envolvia em guerras externas, mas internamente não havia conflitos declarados, a não ser, o que sempre há, os humores de nobres e povo que se encontram em constante estado de efervescência. E as instituições do Estado responsáveis pela justiça entre as partes não possuem mais a eficiência de outrora, sendo suas decisões lentas e suas penas desrespeitadas. Sendo evidente a necessária a tomada de alguma providência, determinou-se que a senhoria, em todo começo de mandato, iria eleger um cidadão para o cargo de *gonfalonieri*⁹ de justiça. O termo *gonfalonieri* refere-se a uma patente militar, quer dizer porta-bandeira ou alferes, tratava-se de um comandante de uma milícia responsável pela defesa da justiça na cidade. Sob suas ordens deveria se colocar cerca de mil homens distribuídos em vinte companhias. Sempre que houvesse a necessidade de seus serviços, era chamado pela senhoria. Os deveres do *gonfalonieri* estavam sempre ligados aos conflitos entre cidadãos nobres, que com a sua insolência ofendiam ao povo ou até mesmo a outros nobres. E tendo poder, se defendiam das decisões dos organismos do Estado responsáveis pela justiça, com isso, os ânimos se exaltavam cada vez mais e acabava por sair do controle do Estado. Por isso o *gonfalonieri* foi criado, para defender a justiça quando se fizesse necessário o uso da força.

A República de Florença, durante o período do Renascimento, se envolveu em constantes conflitos armados de índole puramente ideológica. Os conflitos contra os Visconti¹⁰ em Milão que constituiu em um combate que em síntese era uma luta em que os florentinos

⁹ O primeiro *gonfalonieri* de justiça escolhido em Florença foi Ubaldo Ruffoli. Um ponto importante sobre este cargo, é que em um outro momento da história florentina o *gonfalonieri*, não mais será um comandante militar responsável pela defesa da justiça, e sim o governante máximo da cidade.

¹⁰ Estes eram o duque Giangaleazzo Visconti e o seu filho que o sucedeu no governo de Milão, Felippo Maria Visconti.

combatiam pela manutenção de sua liberdade, pois, sendo vencidos, passariam a ser parte do ducado de Milão. Deste modo, passariam a viver sob o cetro de um tirano que extingiria a sua liberdade. Tudo isso vai ser debatido por atores do século XX como sendo a chamada “Crise do Renascimento”. Skinner (1978) apresenta uma argumentação feita por Hans Baron¹¹ sobre o desenvolvimento do pensamento republicano. E nesse momento Florença tem um papel determinante, pois o seu confronto com o ducado de Milão, como foi abordado anteriormente, não será apenas uma luta por domínio territorial, e sim, uma luta em defesa de uma ideia. Mas não qualquer ideia, e sim a ideia de que um Estado que pode viver em liberdade.

Esses fatos despertaram a intelectualidade florentina para a defesa de seu regime político, como podemos ver em Skinner que afirma: “os acontecimentos que acima relatamos costumam ser utilizados para explicar por que, nessa época, tantos escritores florentinos se dedicaram com elevado empenho às questões de teoria política.” (SKINNER. 1978. p, 92). Depois desse momento de crise, a república florentina viveu outros momentos de crise. Podemos destacar o momento, já na época de Maquiavel, que a cidade teve um governo despótico por um longo período. Ao seu final, o retorno da República ocorre de um modo, um tanto conturbado. O frade dominicano, Girolamo Savonarola que era um religioso ascético, com suas pregações inflamadas sobre temas relacionados ao apocalipse, atraiu o povo a uma postura de piedade exacerbada. Com o fim do governo despótico dos Médici, Savonarola influenciou o novo governo florentino, fazendo nascer naquele lugar uma República Teocrática, como é apresentado por Chevallier: “O religioso senhor de Florença sem título oficial ali estabelece uma democracia teocrática e puritana. Austeridade, sob pena de castigo; grupos de crianças praticam espionagem nas casas e denunciam os pecadores” (CHEVALLIER, 1981, p. 20). Isso teve grande impacto na cidade, foi um momento impar na história florentina. O povo acostumado com um governo civil, agora tem a sua frente um governo, o frade que subiu ao poder propondo austeridade moral e observância de suas imposições, que se apega a coisas pequenas.¹²

Foi um governo de exceção, onde as articulações políticas foram deixadas em segundo plano e o terror se fez presente por meio de espionagem contra os possíveis pecadores. Esse governo foi uma espécie de agressão ao espírito político do povo florentino, todos eram

¹¹ Em um trabalho intitulado: A crise da Renascença italiana.

¹² Em um dado momento, na quaresma de 1497, o frade governante promoveu uma fogueira das vaidades. Onde seriam queimados livros e outros tipos de coisas para representar o desapego aos bens materiais.

coagidos a agir em conformidade com os preceitos de Savonarola¹³. Logo em seguida, sob a liderança de Piero Soderini, o novo *gonfalonieri* vitalício de Florença, instituiu-se uma nova República. Que contava com Maquiavel ocupando o cargo de segundo secretário da chancelaria. Esse governo foi marcado pela tranquilidade interna em que Florença atravessava. Mas, na primeira adversidade, o governo caiu e novamente a dinastia dos Médici voltou ao poder.

Sendo o republicanismo um modo de governo pouco comum naquela época e considerando a grande movimentação que há na vida política de um Estado que se estrutura desta forma. Se fez necessário que se escrevessem em defesa do regime, uma vez que ao contrário da monarquia¹⁴, o republicanismo tinha uma dinâmica muito mais frenética, haviam constantes conflitos internos que poderiam dar uma impressão de que o caos estivesse estabelecido. Considerando o que já foi dito sobre a República de Florença, que as ameaças que sofria tinham origem em Estados em que o regime de governo era diferente. Os florentinos se viram no dever de combater em defesa de seu regime e das instituições do Estado que garantiam a sua liberdade. E isso moveu também a intelectuais a entrar também no combate em defesa do republicanismo. A defesa do regime republicano feita em Florença foi muito mais do que uma defesa puramente militar, foi também uma defesa teórica. Enquanto os soldados rechaçavam aqueles que poderiam vir a provocar a extinção do regime, os pensadores faziam a sua apologia no âmbito das ideias e da retórica. Tudo isso deu mais vigor ao republicanismo provocando no povo uma atitude mais cívica em relação às coisas do Estado.

A partir de Petrarca¹⁵, formou-se na Itália um grupo de estudiosos denominados Humanistas. Como já mencionamos anteriormente, esses pensadores se dedicavam um retorno aos autores clássicos. E por meio da leitura desses textos, construir um novo *ethos*, pautado na virtude dos homens antigos. Isso se evidenciou na formação humanista, que é chamada de

¹³ Além de provocar uma espécie de caos político na cidade, o frade Savonarola também provocava a alta cúpula da igreja romana, recusou o barrete cardinalício, sem contar que se dirigiu ao papa de um modo pouco indicado para aquela época. Vendo-se caminhando a passos largos para a sua ruína ainda tentou por vezes apelar a piedade do povo. Mas, sendo abandonado, foi condenado à morte. E finalmente, a 23 de maio de 1498 foi enforcado e queimado na companhia de dois de seus seguidores.

¹⁴ Modo de governo comum na Idade Média e na maior parte dos Estados no período renascentista.

¹⁵ Pensador do século XIV, natural de Arezzo, Petrarca foi um dos fundadores do Humanismo. Autor da expressão que denomina a Idade média como uma idade de trevas, foi um importante nome na difusão da importância de se retornar aos estudos dos Clássicos. Morreu aos 70 anos

studia humanitatis. Essa formação era composta por disciplinas que passaram a ser consideradas de grande relevância para a formação de um indivíduo, sendo composta de: estudo das letras ou literatura, o estudo da gramática e da retórica, esta disciplina por sua vez era embasada nos historiadores latinos, oradores e poetas, havia também o ensino de história, poesia e filosofia moral. Esse parecia ser o diferencial do Humanismo, um movimento de formação dos indivíduos que se pautava na valorização de um caráter do homem e de sua trajetória intelectual.

Oriundos dessa classe de estudiosos, alguns homens que passaram por essa formação e atuavam em altos cargos públicos em Florença¹⁶, formaram um movimento que chamava-se Humanismo cívico. Esse movimento ficou caracterizado por fazer a defesa da República florentina. Nomes como Coluccio Salutati, Leonardo Bruni, Leon Batisti Alberti e o próprio Maquiavel, foram defensores que exaltavam a potência do regime republicano e o mostravam como sendo o melhor para se governar uma cidade livre. Esses autores, dentre outros, seriam as bases para a fundamentação teórica do republicanismo. Eles mostravam o grande movimento que este regime provocava no seio da vida política de uma cidade, tudo isso era movido por uma característica do regime republicano, ou seja, a liberdade. Essa ideia é muito cara para os republicanos e merece de nós uma atenção especial.

2. A ideia de liberdade no republicanismo

A liberdade é um fator que torna o republicanismo um regime diferenciado. As guerras entre Florença e Milão do final do século XIV e início do século XV – como foi mencionado anteriormente – representou para o povo florentino mais do que uma guerra meramente territorial. Trata-se, portanto, de uma questão que vai além até mesmo do republicanismo, pois, dizia respeito ao combate em defesa da liberdade política proporcionada pelo republicanismo. Sendo a Renascença um período de transição entre medievo e modernidade, os estudiosos encontram, por vezes, uma dificuldade de situar os pensadores políticos medievais¹⁷ e os pensadores políticos renascentistas. Isso se deve a proximidade que havia entre eles tanto pela

¹⁶ Principalmente o cargo de segundo Chanceler, que tinha a responsabilidade de cuidar da política externa do Estado. O segundo secretário da chancelaria tinha como atribuição fazer viagens ao exterior e tratar de assuntos diplomáticos.

¹⁷ Os pensadores políticos medievais eram chamados de *dictatores*.

época em que viveram, quanto pela formação que tiveram. Mas, o pensamento acerca da liberdade foi um fator que pontuou a trajetória do pensamento político dos autores renascentistas. O fator que marca o pensamento político dos autores do Humanismo Cívico é desenvolvimento de uma teoria acerca da liberdade no regime republicano. E de um modo muito peculiar, o marco da literatura Humanista do *quattrocento*, escreviam exaltando a liberdade da República, mas, escreviam também apontando os perigos para a saúde dessa liberdade.

Como podemos ver em Skinner, apesar de haver uma linha de discussão parecida, por vezes chegavam a conclusões até mesmo diferentes:

se começarmos considerando que espécie de argumentos, os primeiros autores do Quatrocentos costumavam utilizar ao discutir os perigos da liberdade, veremos que, embora muitas vezes suscitem as mesmas questões que seus predecessores, geralmente chegam a um conjunto de respostas muito diferentes (SKINNER. 1978. p. 95).

O exemplo das facções que se voltavam umas contra as outras, não chegou a ser um assunto de grande mobilização para os autores renascentistas. Tudo isso, devido ao abafamento da revolta dos *Ciompi* de 1378¹⁸, evento que desencadeou um processo que culminou na elaboração de uma constituição para Florença¹⁹. Este é o sinal claro da política das facções que em dado momento da história florentina provocou estabilidade. Devido a tudo isso, pouco se vê críticas a essa política nos primeiros humanistas cívicos. Segundo Skinner, o que havia era um otimismo dos autores, devido a situação estável em que os ânimos se encontravam controlados, de modo que Leonardo Bruni, apresenta uma certa vaidade pelo fato dos ânimos das facções estarem calmos e por esse motivo a cidade gozar de paz interna. Sobre isso Skinner diz:

Ele não apenas omite toda e qualquer indicação de que sobrevivem antagonismos e facções, como até mesmo se sente autorizado a se gabar de modo que ‘tivemos êxito em equilibrar todas as secções de nossa cidade, de modo a produzir harmonia em todos os aspectos da república (SKINNER. 1978. p. 95).

¹⁸ O tumulto dos *Ciompi*, assim chamado devido aos seus envolvidos, os serventes da lã. Esse foi um tumulto desencadeado a partir do momento em que a *signoria* propôs uma lei em benefício daqueles que haviam sido repreendidos, que, a saber, eram partidários daquele que foi escolhido para ocupar o cargo de *gonfalonieri*, Salvestro de Médici. Sendo gibelino, teve boa parte de seus partidários repreendidos pelo governo dos guelfos. Estes, durante o seu mandato injuriou o povo que, na primeira oportunidade se voltou contra eles.

¹⁹ A constituição Florentina que foi promulgada em 1382.

Aqui podemos destacar a possibilidade de algo nocivo ao regime republicano, segundo outros pensadores²⁰. A política de partidos, poderia levar o governo a defender os interesses de grupos isolados em detrimento do benefício da coletividade, como se viu no caso que culminou no tumulto dos *Ciompi*. Isso era o que os pensadores que antecederam os humanistas cívicos concebiam sobre o assunto. O bem-estar da sociedade como um todo deveria estar acima de qualquer interesse particular. E isso vai de encontro a questão da liberdade política, pois, sendo aquela máquina a responsável pela garantia da liberdade daquele povo, uma vez que ela é colocada a serviço de interesses particulares colocaria a liberdade daquele Estado em condição de risco. Por isso que para os autores que antecederam os humanistas cívicos a política de partidos é tão combatida. Isso não quer dizer que autores, como Bruni, são favoráveis à exposição da liberdade da cidade a tal ponto. Ele vive um momento em que tal política garantiu uma estabilidade ao Estado de modo de regime não foi afetado. Isso se deve à forma como tudo isso aconteceu, conforme podemos ver na *História de Florença* (1998) pela pena de Maquiavel. Tudo ocorreu de modo a se preservar a República, o povo pegou em armas, se voltou contra aqueles que o injuriou e por fim estabeleceu-se a *balìa*²¹ e reestabeleceu a ordem ao Estado. As alterações que ocorreram a partir desse momento foram no sentido de criar instrumentos legais que proporcionasse à República se fortalecer de modo que eventos como aquele não mais voltassem a ocorrer. Por isso, como foi dito acima, a partir desse evento elaborou-se a Constituição Florentina.

Se no regime republicano a ideia de liberdade é muito cara para todos. Então que liberdade é essa que faz com que os homens defendam uma forma determinada de governo acreditando que lá está a garantia de sua liberdade? O fato é que não se trata de uma liberdade em um sentido *lato* e sim uma liberdade política. Mas, sendo assim, como a liberdade política se manifesta? Em momentos da história florentina, o sentido de liberdade política foi distorcido por alguns governo, por exemplo, o governo de Girolamo Savonarola²². Sobre isso nos apresenta Bignotto:

²⁰ Palmieri, e os *dictatores*.

²¹ Assembleia que ocorria em caráter de emergência na praça pública. Nesta reunião popular, o povo elegia aqueles que teriam a prerrogativa de tomar as decisões devidas sobre a situação que a necessidade o fez convocar. Era um instrumento da república propício para se usar em situações extremas.

²² Uma teocracia, como foi apresentado anteriormente.

Ele (Savonarola) falava, na verdade, de uma cidade livre, sem querer com isso sugerir a constituição de uma democracia direta ou mesmo de um regime político que permitisse uma grande participação das massas populares. Para ele, a liberdade devia ser entendida como a “ausência de sujeição a um poder arbitrário”, mas não como direito à igual participação de todos nos negócios do Estado. (BIGNOTTO. 1991. p, 64).

De acordo com Bignotto (1991), para alcançarmos uma compreensão da liberdade, primeiro é de fundamental importância compreender a república. Logo, na fundação das Repúblicas²³, o ponto característico que as distingue dos Estados que são governados por outras modalidades de governo, é que as repúblicas geralmente nascem livres. E quando isso não ocorre, como foi o caso de Florença, o Estado precisa, ao longo de sua história buscar o retorno à sua fundação para que essa lacuna, do nascer livre, seja preenchida.

Sendo a liberdade, uma realidade proporcionada pela política, e, neste caso, sua compreensão está subordinada à compreensão da República, vamos tratar brevemente sobre os tipos de República para o melhor entendimento do conceito de liberdade política. Nas Repúblicas, eram constituídos organismos de classe para guardar a liberdade do Estado. Esses organismos poderiam ser compostos pela classe daqueles que se encontravam em uma posição de maior destaque, ou seja, os grandes. Mas, poderia também ser formados pelas classes populares. Deste modo Maquiavel nos apresenta, no capítulo V do Livro I dos *Discorsi*, a forma básica na qual as repúblicas poderiam se constituir. O secretário mostra, partindo de exemplos de repúblicas do passado, o testemunho dado sobre as diferentes formas de se ordenar uma república. As peculiaridades nascem principalmente na forma com que a liberdade é defendida em uma república. Isso dá a um Estado características que o diferenciam e que podem ser determinantes na sua longevidade. É caso das repúblicas aristocráticas, como Esparta e Veneza, onde a república teve uma durabilidade maior, o que segundo Maquiavel, seria um motivo que poderia fazer com que se colocasse em posição favorável a esse modo de ordenamento. Essa forma de cuidar da liberdade de uma república é defendida por aqueles que apostam na tese de que uma república deve ter, internamente, paz e tranquilidade. Além do que, sendo os grandes detentores do poder, sempre satisfariam as suas ambições. Como podemos ver nas palavras de Maquiavel:

Quem defende a ordenação de Esparta e Veneza diz que quem põe a guarda na mão deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento; outra é que negam certo tipo de autoridade aos ânimos

²³ Sobre isso podemos ver o começo do Livro I dos *Discorsi*.

inquieta da plebe, razão de infinitas dissensões e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos. (MAQUIAVEL, 2007, p. 24)

Por outro lado, as repúblicas chamadas democráticas, como a romana, eram aquelas nas quais a plebe tinha participação nas decisões. O argumento apresentado por Maquiavel para essa atitude era que: “se deve a guarda de alguma coisa àqueles que tem menos desejo de usurpá-la” (MAQUIAVEL, 2007, p. 24)²⁴. O secretário dizia isto devido a histórica relação entre nobres e plebe. O argumento para que se use desse artifício para cuidar da liberdade de uma república é simples. Sendo a plebe um alvo para a opressão nobre, ninguém mais do que eles querem ser livres e sendo assim, a irão defender com maior vigor a liberdade de que gozam. E não tendo nenhuma ambição de tomar a liberdade do Estado, não permitirão que esta seja maculada. Essa razão para deixar a liberdade nas mãos do povo, vai mostrar quão dinâmica é a vida em uma república. No interior de cada Estado regido à moda republicana, existem sempre esse embate de forças que se confrontam em um combate constante. Um querendo dominar, e conseguindo, ampliar cada vez mais os seus domínios. De outro lado se encontra o povo, este sendo isoladamente mais fraco, busca sua força na coesão e luta pela manutenção da garantia de sua liberdade.

Ao apresentar esses motivos para deixar a liberdade de uma República sob os cuidados da nobreza ou da plebe, Maquiavel pensa em um ponto de equilíbrio como uma boa alternativa para uma república. A república administrada de modo aristocrático, traz consigo o benefício de ter uma camada dominante bem-comportada, uma vez que tendo o controle político da cidade não tem por onde se sentir ameaçada pela plebe, e sendo assim, tem um comportamento melhor. E no caso daquele Estado cuja liberdade é defendida pela plebe, apresenta um melhor guardião para a liberdade. Pois, o povo não tem motivo para querer colocar em risco a própria liberdade. Sobre as cidades republicanas, o secretário estabelece uma reflexão sobre as repúblicas que nasceram sob o governo de um grande legislador. Aqui, Esparta se faz um exemplo. Sob o governo de Licurgo, os espartanos encontraram instituições que lhes proporcionava liberdade e segurança. Nesse Estado, a legislação dada por seu líder propiciou uma longa e saudável vida à república como diz Maquiavel:

Assim, pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de

²⁴ Aqui o secretário florentino expõe um pensamento romano sobre a guarda da liberdade.

É importante ressaltar que a cidade grega, como foi exposto acima, tinha o governo no formato de uma república aristocrática. Isso explica a longa paz interna que houve naquele Estado. Os seus nobres detinham o poder e se mantinham comportados. Por outro lado, havia um grande ordenador, Licurgo instituiu fundamentos sólidos para a formação de uma república que pudesse se sustentar por longos séculos, e isso teve sucesso. Mas, há um fato que as diferencia as repúblicas aristocráticas daquelas governadas de modo democrático. Os nobres jamais se contentam com o que possui, sendo assim, estão a colocar a liberdade que possui em risco constantemente. Isso torna a liberdade vulnerável, pois estão sempre a ambicionar algo mais e com isso acabam por negligenciar a tarefa de conservar o que tem. Deste modo, a liberdade dos Estados republicanos governados ao modo aristocrático se encontra em constante estado de risco em virtude da busca incessante de infindáveis benefícios.

Diferentemente, as repúblicas chamadas democráticas possuem maior participação do povo. Esse caráter popular dessa modalidade de república traz elementos ao regime que proporcionam novos contornos à república, pois aqui o povo ganha um papel de destaque na regência do governo. São os “comuns”, que irão zelar pela liberdade e isso faz com que a vida em uma república chamada popular, tenha uma vida mais intensa do que naquela governada pelos grandes. Como já foi dito, o bem mais precioso do povo em uma república é a sua liberdade, sendo assim, ele vai defendê-la com todo o seu vigor. Sobre as repúblicas populares, vemos o exemplo mais eloquente de sua potência na república romana que se torna no Renascimento, e principalmente para Maquiavel, o exemplo de república a ser seguido.

3. Roma como modelo republicano dos humanistas florentinos

O Império Romano foi a grande referência de república para os humanistas. Segundo eles, a república foi o grande motivo da potência em que o império alcançou. Como já dissemos anteriormente, a república romana tinha o formato de uma república democrática, ou seja, tinha a participação do povo – a plebe – nas decisões das coisas do Estado. Aqui podemos destacar, como fizeram os humanistas, as características fundamentais de uma república viva e ativa. A república romana se organizava de um modo um tanto familiar para nosso tempo, era um governo composto por três poderes distintos. O que a torna diferente é que havia uma

forma de pensar e de se compor um governo diferente do que temos hoje. Os romanos compunham o seu governo partindo dos três modos de governo tidos como bons por Aristóteles: eram a monarquia na figura do imperador, a aristocracia que compunha o senado e finalmente a participação popular nos tribunos da plebe. No capítulo II do Livro 1 dos *Discorsi*, Maquiavel mostra o formato do governo da república romana como já foi dito antes, mas o secretário, por sua vez, traz novos elementos que vão modificar o pensamento político de modo imensurável. Ele vai mostrar que o uso dos três modos de governos em associação pode minimizar os efeitos do processo de corrupção, no qual os regimes estão sujeitos a sofrer.

Esses contornos de república democrática foram sendo delineados ao longo do tempo. Pois, inicialmente o governo de Roma era feito somente pela figura monárquica, do ditador em conjunto com o senado, posteriormente a figura do imperador surgiu. Em um dado período Roma foi governada pelos Tarquínios²⁵. Estes reis governavam a cidade com grande aspereza e pelo medo mantinham a paz interna do Estado. Por ocasião da deposição do último rei Tarquínio, foi instaurada a república. E não mais havia quem mantivesse os ânimos da cidade em tranquilidade na ausência daqueles, que mesmo sendo por coação, mantinham a cidade em paz. Durante os primeiros anos da república, pelo fato de não mais existir quem mantivesse a paz, os nobres e a plebe iniciaram o seu conflito. E em virtude da vulnerabilidade a que estava exposto, o povo começou a ser injuriado e se encontrava de tal modo que pouco poderia fazer em sua defesa, daí nascem os tribunos da plebe. Este é o instrumento da república criado para aparar as arestas da questão entre nobreza e plebe. O tribunos atuavam entre a plebe e os nobres para a manutenção de uma unidade estatal para que não houvesse um conflito armado de grandes proporções. Tudo isso, mostra o grande vigor e intensidade da vida em uma república como o próprio Maquiavel deixa claro em O príncipe: “Já nas Repúblicas há mais vida, há mais ódio, há mais desejo de vingança; a memória da antiga liberdade não as abandona nem lhes dá descanso” (MAQUIAVEL, 2010. p, 61). Isso em Roma era evidente, o povo sempre se fazia ouvir pelos grandes, que os tentavam oprimir a todo momento. Isso não é algo pernicioso para o Estado, muito pelo contrário, é algo natural e deve existir em um Estado. No caso de Roma, serviu para gerar tudo o que fez dela uma República de grande força, chegando a dominar grande parte do mundo conhecido.

²⁵ Os Tarquínios foram os reis de origem etrusca que se sucederam por um longo período no governo de Roma. Sendo depositos após o filho do rei estuprar a filha de um importante cidadão.

O governo republicano mostrado por Maquiavel, como já dissemos, é um governo onde há vivacidade. As liberdades proporcionadas pelas instituições do Estado provocam isso no povo, podemos ver, então nascer a compreensão de poder social no Estado. De acordo com Merleau-Ponty:

Se Maquiavel foi republicano, foi por ter encontrado um princípio de comunhão. Colocando o conflito e a luta na origem do poder social, não quis dizer que fosse impossível o acordo; quis salientar a condição de um poder que não seja mistificante, e que é a participação numa situação em comum (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 242)

O importante sobre o regime republicano é que há a clara possibilidade de cada grupo expressar os seus desejos e, por vezes, os desejos de um vão na contramão do outro. Isso vai gerar um debate entre as partes, havendo uma ameaça até mesmo de se tornar um embate de maiores proporções. Trata-se do germe da liberdade, como Bignotto diz: “podemos dizer que é da propensão ao conflito que nasce a possibilidade da liberdade. A liberdade é, portanto, o resultado dos conflitos, uma solução possível de uma luta que não pode ser extinta por nenhuma criação humana” (BIGNOTTO, 1991, p. 86). Esse é o fato que vai motivar Maquiavel a se posicionar favorável aos conflitos internos de uma república, como podemos ver: “Direi que quem condena os tumultos entre nobres e plebe parece censurar as coisas que foram a causa da primeira liberdade de Roma” (MAQUIAVEL, 2007, p. 21). Os conflitos entre o povo e senado em Roma serviram para dar origem aos mecanismos da república que garantiu a liberdade e, posteriormente, a potência daquele Estado. Mas, sabendo de tudo isso, os romanos não blindaram o seu Estado contra toda forma e possibilidade de conflito, souberam assimilar os seus efeitos e usá-los em benefício do Estado, como podemos ver em Lefort:

A história romana fornece a imagem de uma cidade que, em vez de se fechar em si mesma, acolhe o conflito e inventa, submetendo-se à experiência dos conflitos e dos tumultos, ‘respostas’ que permitem pôr em xeque a constante ameaça de tirania e, ao mesmo tempo, a constante ameaça da licenciosidade (LEFORT, 1999, p. 145).

De acordo com Lefort, as discórdias foram de grande benefício para os romanos e as chama de o motor da grandeza que tornou aquela cidade um grande império. Ele ressalta a importância do desejo do povo para viabilizar tal crescimento. O povo livre deseja não perder a sua liberdade, sobre isso, podemos ver em Lefort:

Invertendo a tese tradicional, que encontra o sinal da sabedoria das leis na eficácia delas a conter os desejos da multidão, ela ajuíza que fecundo são tais desejos, quando emanados de povos livres, especificando que ‘raramente são perniciosos, pois a opressão é que os faz nascer ou a suspeita de que haverá opressão (LEFORT, 1999, p. 144)

Para Maquiavel, tudo isso, tem origem nas leis que se originavam a partir dos conflitos entre plebe e nobres. E por isso vem de modo profícuo contribuir para a construção de uma liberdade política que garantirá a ordem no Estado, pois precisamos sempre pressupor os dois humores²⁶ que há em toda cidade e ainda a tendência dos homens a prática daquilo que insistirá em um particular. Os dois humores existentes em um Estado são de fundamental importância para a vida da república, pois deles nascem os conflitos, estes, por conseguinte, geram a liberdade política. Como podemos ver nos *Discorsi*: “em toda República há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (MAQUIAVEL, 2007, p. 22). Tendo essa parte do pensamento maquiaveliano como pano de fundo, Skinner apresenta a necessidade das leis de uma República como um instrumento de contenção dos *umori* de uma República, como podemos ver: “Os homens nunca ‘se contentam em viver com seus próprios recursos’ e estão sempre ‘inclinados a tentar governar os outros’” (SKINNER, 1988, p. 113) A partir das explicações de Skinner, podemos visualizar a origem dos conflitos por uma ótica diferente. Esta se dá pelo fato de que, segundo Skinner, os homens são inclinados ao governo. Devido a este fato, torna-se praticamente impossível a uma república viver de modo pacato, sem tumultos. A vida em uma república, a partir desta visão, tem um dinamismo extremamente elevado, que faz com que as coisas se movam de modo acelerado.

Roma se tornou um exemplo de república, canalizando toda a energia gerada pelos conflitos que ocorrem em um Estado governado dessa maneira para algo que fosse benéfico para os cidadãos. Fazendo a transposição da força geradora dos conflitos, os romanos souberam ordenar o seu Estado de tal modo que essa força, potencialmente destrutiva, tornou-se força geradora da *virtù* que tornou o Império Romano o mais potente que a terra já viu. O

²⁶ Como é dito por Maquiavel, em uma cidade há dois humores, o dos grandes e o do povo. Aqui nascem os conflitos. No caso de Roma, era como dois partidos distintos, com ambições diferentes, os nobres queriam se satisfazer a partir da opressão dos menos poderosos. Estes, por sua vez, lutavam contra a opressão dos detentores do poder. A postura dos florentinos frente aos conflitos foi motivo de seu fracasso, diferente dos romanos os florentinos se apequenaram diante dos conflitos deixando tudo seguir sem nada produzir para o crescimento da liberdade de seus cidadãos. Como diz Valverde: “os florentinos cometeram o erro primário da política que é não manter a igualdade das forças em disputa, permitindo quando muito um equilíbrio instável” (VALVERDE, 1998, p. 43).

que levou a República de Roma a se tornar uma potência admirada por gerações, pode ter sido do o fator que a diferenciou enquanto regime político. Sendo a república um regime político onde os homens têm parte no governo e que são protegidos por suas instituições, esses cidadãos vão defender com todas as suas energias essas instituições que os resguardam. Esse é um fato que merece ser analisado com maior profundidade. Mas essa é uma tarefa para outro momento.

REFERÊNCIAS

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BURCKARDT, Jacob Christoph. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

CHÂTELET, François. DUHAMEL, Olivier. PISIER-KOVLCHNER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Trad. Lydia Christina. 3º Ed. Rio de Janeiro: Agir. 1981.

LEFORT, Claude. Maquiavel e a *verità effettuale*. In: **Desafios da escrita política**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História de Florença**. Trad. Nelson Canabarro. 2ª Ed. São Paulo: Musa editora, 1998.

_____. **O príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismo e anti-humanismo**. Petrópolis/RJ: Vozes. 1981.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das letras, 1978.

VALVERDE, Antônio. Maquiavel: política como técnica. **Téchne**. São Paulo: EDUC: Palas Athena. N° 4. p. 37-46. 1998.

Artigo recebido em: 10 de agosto de 2017.

Artigo aceito em: 20 de setembro de 2017.